

A controvérsia da demanda efetiva: o deslocamento da questão

ANTÓNIO BARROS DE CASTRO *

A TESE ABANDONADA

No artigo intitulado “A Controvérsia da Demanda Efetiva”,¹ tratei de mostrar que a arraigada convicção daqueles que — inspirados diretamente em Keynes, ou guiados por Kalecki, Sweezy, ou Steindl — crêem existir no capitalismo contemporâneo uma *tendência à insuficiência da demanda efetiva* (ou global) carece inteiramente de fundamentação teórica. É, pois, antes de mais nada, surpreendente, que Luiz Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares, em resposta recentemente publicada nesta revista, tenham simplesmente omitido a questão.² Será que a referida crença não merece mais ser discutida? Se assim é, não posso deixar de ficar satisfeito. Ocorre, porém, que o seu abandono tem necessariamente implicações que Belluzzo e Conceição não parecem perceber — e que justificam, talvez, que ainda se gaste vela com um tal defunto.

Não seria este o lugar adequado para examinar as consequências do abandono da crença na tendência à insuficiência da demanda efetiva. Lembremos, apenas, que para os que assim crêem, ali e quando o capitalismo efetivamente se expande, haverá que explicar que razões singulares — alguns diriam “exógenas” — explicam o fato de a demanda global *não* haver exercido o seu papel de entrave à expansão. O gasto militar, o consumo capitalista (ou dos *land-lords*), e o “desperdício” são respostas historicamente recorrentes a esta (falsa) questão,

* Professor e Pesquisador da COPPE/UERJ.

¹ *Cadernos de Opinião* n.º 15.

² Luiz Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares, “Ainda a Controvérsia sobre a Demanda Efetiva: Uma Pequena Intervenção”, *Revista de Economia Política*, Vol. 1, n.º 3, Julho/Setembro, 1981.

por parte daqueles que professam a referida crença.³ Deixando de lado, no entanto, os descaminhos a que são levados aqueles que crêem na quimera da insuficiência da demanda efetiva, assinalemos, no entanto, que ela se encontra ainda presente na obra de diversos autores. Um caso apenas caberia assinalar, para efeitos desta réplica.

Em sua tese de livre-docência, refere-se M. C. Tavares ao “capitalismo moderno, entendido como aquele que já não encontra limites a sua expansão pelo lado da estrutura técnica do capital... O sistema enfrenta, em compensação, problemas pelo lado da realização dinâmica do excedente, vale dizer, passa a manifestar uma permanente tendência a aumentar o seu potencial de acumulação de lucros por cima da taxa efetiva de crescimento da capacidade produtiva utilizada”.⁴

A proposição reaparece páginas adiante, ao reiterar a Autora que “os problemas se deslocam para a órbita da ‘Insuficiência da Demanda Efetiva’ colocada, porém, em termos dinâmicos e não em termos estáticos como nos esquemas keynesianos”.⁵

Finalmente, ao término de uma sucinta recapitulação das teses de Steindl — com as quais se mostra basicamente identificada — Maria da Conceição Tavares volta à carga:

“Como se vê, não se trata de uma explicação pelas barreiras ao crescimento pelo lado dos recursos nem pelo lado da oposição salários/lucros, se não que pelo lado dos problemas de realização e de concorrência intercapitalista. Pode, portanto, ser considerada uma generalização, dinâmica e de longo prazo, da tese keynesiana da insuficiência da demanda efetiva e não das teses clássicas ricardiana ou marxista”.⁶

A NOVA POSTURA

O cerne da posição de Belluzzo e Tavares, no artigo que passamos a criticar, parece residir na proposição de que o princípio da demanda efetiva surge em Keynes

³ Ilustram à perfeição esta postura certos artigos de M. Kalecki sobre a economia norte-americana. Vide, em particular, “The Economic Situation in The United States as Compared With The Pre-War Period” e “Vietnam an US Big Business”, ambos em *The Last Phase in The Transformation of Capitalism* (Monthly Review Press, 1972).

⁴ M.C. Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração, UFRJ, p. 23.

⁵ *Op. cit.*, p. 37.

⁶ *Op. cit.*, pp. 50 e 51.

...“como uma lei geral da dinâmica do sistema capitalista e que afirma seu caráter intrinsecamente instável. E essa instabilidade ‘sistêmica’ decorre das ‘repentinas e amplas flutuações do investimento’. As razões das amplas e repentinas flutuações do investimento, por sua vez, nascem da própria natureza e objetivos da produção capitalista. O afã do ganho privado e a natureza anárquica das decisões intertemporais que caracteriza a busca deste objetivo, levam a classe capitalista como um todo a avaliações problemáticas — para a estabilidade do sistema — quanto ao valor presente de seu capital e quanto à forma desejada de posse da riqueza...”.⁷

Vê-se, pois, que segundo os nossos Autores a questão da Demanda Efetiva teria unicamente a ver com a instabilidade do capitalismo e, em particular, com a volatilidade dos investimentos. Alguns comentários devem ser feitos a este propósito:

a) no capítulo da *Teoria Geral* intitulado “O Princípio da Demanda Efetiva” não há uma só referência à instabilidade sistêmica e à volatilidade dos investimentos;⁸

b) Keynes jamais logrou relacionar a “instabilidade sistêmica” e a volatilidade dos investimentos — realçados já nos capítulos 12 e 22 da *Teoria Geral*, e repisados em 37 — com o resto de sua obra. De minha parte, creio que esta integração simplesmente *não pode* ser feita. Como integrar, por exemplo, a idéia de que:

“Se, por outro lado, nosso conhecimento do futuro fosse calculável e não sujeito a súbitas mudanças ... poderíamos razoavelmente supor que a totalidade dos recursos disponíveis seria normalmente empregada; e as condições requeridas por uma teoria ortodoxa seriam satisfeitas”,⁹ com as teses que fizeram a fama da *Teoria Geral*?

No trecho que viemos de citar Keynes parece afirmar que os problemas de Demanda Efetiva, ali e quando venham a ocorrer, constituem mera decorrência da incerteza que envolve o cálculo econômico. Em tais condições (a observação é de Schackle) o desemprego involuntário — ali e quando se verifique — seria “devido à ignorância das pessoas acerca das reações dos demais diante desta ou daquela situação”.¹⁰ Será necessário realçar a manifesta incongruência entre esta posição e algumas das idéias centrais da *Teoria Geral*?

⁷ M.C. Tavares e L.C. Belluzzo, *op. cit.*, p. 111.

⁸ J.M. Keynes, *The General Theory of Employment Interest and Money* (Macmillan, 1954), cap. 3.

⁹ “The General Theory of Employment”, 1937, in *The Collected Writings of J. M. Keynes*, Vol. XIII, p. 109.

¹⁰ G. L. S. Schackle, *The Years of Hight Theory* (Cambridge University Press, 1967), p. 141.

c) a insistência na instabilidade sistêmica e na volatilidade dos investimentos pouco nos diz acerca das crises no capitalismo, e nada sugere quanto as suas tendências. Parece, pois, mais uma vez surpreendente que Belluzzo e Tavares — aderindo a uma leitura de Keynes centrada nos capítulos 12 e 17 da *Teoria Geral*, e no texto de 37 — venham a declarar que “O princípio da demanda efetiva propõe uma visão *estruturada e determinada* da dinâmica capitalista” (grifo nosso);

d) Belluzzo e Tavares parecem haver efetivamente aderido às idéias de Minsky, campeão da referida interpretação de Keynes.¹¹ Algumas observações devem ser feitas a este propósito:

1) Minsky é partidário notório do retorno à abordagem cíclica como “perspectiva fundamental” no estudo do capitalismo. Encontramo-nos, aqui, em total acordo,¹² tanto mais que o ciclo para ele não pode ser explicado por conjunções multiplicador-acelerador, e/ou princípio de ajustamento de estoque de capital (em outras palavras, nada tem a ver com os modelos a la Harrod, Hicks, ou Kalecki);¹³

2) para Minsky o papel das finanças nos diversos “estados” cíclicos (e na transição de um a outro estado) é essencial. O seu desconforto é, pois, evidente diante do silêncio de Keynes a esse respeito: “Porque os aspectos financeiros foram deixados essencialmente implícitos, porque eles foram referidos por alusão ao invés de argumentação detalhada na *Teoria Geral*, eu não sei. Talvez, como sugeriu Joan Robinson, Keynes estivesse mudando de pele, como uma cobra, enquanto escrevia a *Teoria Geral*...”.¹⁴ Convém lembrar a esse respeito que o papel das finanças no ciclo foi tradicionalmente ressaltado por uma linha teórica que, proveniente de Marx, adquiria notável desenvolvimento em Tugan-Baranovsky e Schumpeter.¹⁵ Neste como em outros aspectos, Keynes (e sobretudo Kalecki) constitui um retrocesso em relação ao que poderíamos talvez denominar a “tradição do ciclo”.

¹¹ A posição por eles definida — em particular no que concerne à Demanda Efetiva — coincide, flagrantemente, com a de Minsky. Vide em especial o item “Investment and Disequilibrium”, in Hyman P. Minsky, *John Maynard Keynes* (Columbia University Press, 1975), pp. 67 e 68.

¹² Vide “O Retorno do Ciclo”, in *O Capitalismo Ainda é Aquele* (Forense Universitária, 1979).

¹³ Vide a propósito “Por Que Não Kalecki?”, in *O Capitalismo Ainda é Aquele*, op cit.

¹⁴ Minsky, op cit., p. 129.

¹⁵ M. Tugan Baranovsky, *Les Crises Industrielles en Angleterre* (M. Ciard e E. Brière, Paris, 1913), especialmente parte II, cap. III e J. A. Schumpeter, *Teoria Del Desenvolvimento Econômico* (Fondo de Cultura Economica, 1957), cap. II.

REMINISCÊNCIAS KALECKIANAS?

A afirmativa de Keynes segundo a qual “a quantidade de bens de consumo que compensará aos empresários produzir depende da quantidade de bens de investimento que eles estão produzindo” não implica o “caráter determinante do investimento”, como querem Belluzzo e Tavares.¹⁶ Significa apenas que existe uma *relação* entre “a produção de bens de consumo que vale a pena produzir, e a produção de bens de investimento”. Esta simples proposição, expressa quer pelo multiplicador, quer pelo acelerador, era ignorada por Pigou e outros “ortodoxos”. Para eles, como assinalou Keynes, a renda era *dada*. Em tais condições, o aumento (ou redução) de “consumo futuro (investimento), seria em princípio compensado pela redução (ou aumento) do consumo presente, Keynes tentava ainda livrar-se desta limitante — e equivocada — suposição, nas páginas do *Treatise*. Tugan Baranovsky e outros (conhecedores do efeito-aceleração) de há muito tinham por estabelecido que os setores que compõem a produção (e as parcelas correspondentes de renda) podem mover-se na mesma direção, acarretando com isto a variação do total de produção (e renda).

Ter o investimento como “variável determinante” em Keynes é, aliás, no mínimo problemático. A dificuldade fica particularmente evidente no próprio artigo de 37, onde o papel determinante da taxa de juros — via preço dos ativos — é enfaticamente realçado. A taxa de juros não é, contudo, sabidamente, o único determinante: “A poupança e o investimento são os determinados e não os determinantes do sistema. Eles são resultados-gêmeos dos determinantes do sistema, isto é, a propensão a consumir, a escala de eficiência marginal do capital, e a taxa de juros”.¹⁷

Não creio que valha a pena rebater as acusações que me foram feitas por Belluzzo e M. C. Tavares. Se para eles o princípio da demanda efetiva tem unicamente a ver com a instabilidade sistêmica e a volatilidade dos investimentos, vale dizer, se jamais existiu outro Keynes que o de Minsky, então Keynes nada tem a ver, não apenas com Hansen, mas também com Kalecki e com Steindl.¹⁸ Em tal caso Keynes seria o teórico da incerteza (e também um frustrado teórico do ciclo). Se assim fosse, o meu ataque à tese da tendência à insuficiência da demanda efetiva atingiria apenas Kalecki, Sweezy, Steindl

¹⁶ L. C. Belluzzo e M. C. Tavares, *op. cit.* pp. 109 e 111.

¹⁷ J.M. Keynes, *The General Theory, op. cit.*, p. 183.

¹⁸ O profundo contraste entre Minsky e, digamos, Kalecki e Steindl não se limita (como era de se esperar) à “Teoria pura”. Para Minsky a instabilidade do capitalismo contemporâneo tem um viés, e este viés é “para cima”. H. Minsky, *John Maynard Keynes, op. cit.* p. 165 e, especialmente, H. Minsky, “Capitalist Financial Processes and The Instability of Capitalism”, in *Journal of Economic Issues*, Junho de 1980, pp. 511 e 512.

e seus discípulos. Mas sabemos bem que não é assim.¹⁹ Existe o outro Keynes, que Minsky procura varrer para baixo do tapete. E, lamentavelmente, este foi o Keynes que mais influência teve, especialmente nos meios a que pertencemos os três.

¹⁹ A propósito, os nossos Autores parecem desconhecer a simpatia — senão mesmo a afinidade — existente entre Keynes e Hobson. Na carta por eles citada, (*op. cit.* p. 110), após tentar esclarecer alguns pontos de divergência, declara Keynes estar “envergonhado pela cegueira em que permaneceu por muitos anos em relação à sua essencial campanha (argumentação, A.B.C.) a respeito da insuficiência da demanda efetiva”. “Carta a Hobson, 14 de Fevereiro de 1936”, *Collected Writings*, Vol. XXIX, p. 211. O alto apreço de Keynes pelas teses que caracterizam a obra de Hobson está, aliás, registrado na própria *Teoria Geral*, pp. 364 a 371. *Vide* também as referências a Hobson na palestra proferida por Keynes em 1934, com o sugestivo título “Pobreza Em Meio a Abundância”, in *The Collected Writings*, Vol. XIII, pp. 485 a 492.